

**FUUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO**

**GABRIEL DOS ANJOS VAZ DE LIMA**

**ANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES JUDICIAIS POR  
ADVOGADOS**

**SÃO PAULO**

**2020**

GABRIEL DOS ANJOS VAZ DE LIMA

ANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES JUDICIAIS POR  
ADVOGADOS

Tese de Conclusão de Curso apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Campo do conhecimento: Direito Contábil

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Fernandes

SÃO PAULO

2020

GABRIEL DOS ANJOS VAZ DE LIMA

**ANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES JUDICIAIS POR  
ADVOGADOS**

Tese de Conclusão de Curso apresentada à Escola  
de Direito de São Paulo da Fundação Getulio  
Vargas, como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Direito.

Campo do conhecimento: Direito Contábil

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Fernandes

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Wanderley Fernandes

Fundação Getulio Vargas

---

Prof. Luciano Benetti Timm

Fundação Getulio Vargas

---

À minha mãe, que iluminou os meus  
caminhos e sonhos, ao meu pai, que sempre  
depositou confiança e suporte, e aos meus  
avós, as pessoas mais importantes do mundo.

## **AGRADECIMENTOS**

Tenho certeza de que aqueles que foram importantes, independentemente de estarem incluídos nestes parágrafos, sentirão, ao ver este trabalho concluído, que parte desta trajetória contou com um pouco de seu esforço. O meu trabalho, no fim, é somente reflexo de todas as pessoas especiais e brilhantes que cruzaram o meu caminho.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, professor Wanderley Fernandes, por toda a ajuda durante o trabalho e durante toda a minha trajetória na escola de direito. Além de tudo o professor serviu de grande inspiração durante os anos de aulas.

Às pessoas que estiveram do meu lado, por cada momento de aprendizado e divertimento durante os últimos cinco anos, em especial: Rafaella, Matheus, André, Fabio, Bernardo, Fernando Daniel, Samy, Bruna, Bruno, Vitor, Arthur, Lucas e todos os outros não citados nominalmente, mas que contribuíram para uma jornada que não poderia ser mais bem acompanhada. Alguns carregarei para toda minha vida sabendo que estou diante das pessoas mais brilhantes e divertidas que pude estudar e conviver junto.

Além destes colegas de faculdade, faz-se necessário incluir nestes agradecimentos meus amigos que me acompanham durante a vida, independentemente da escolha de faculdade que fiz: Ana Laura, Isadora, Luiza, Pedro, Leonardo, Ale, Victor, João, Beatriz e Giovanna.

É essencial, além de tudo e todos, o meu reconhecimento à minha família. Aqui não distingo nominalmente porque todos, de alguma maneira para minha formação. Sem o suporte e a impulsão que todos deram, jamais um resultado tão celebrado. seria alcançado.

Por fim, cabe um agradecimento final a minha mãe, Val, que teve um papel crucial não somente na minha trajetória recente, mas em todo o meu passado. O agradecimento especial é por pavimentar, com muito suor, amor e infinitas renúncias, um caminho em que só tive oportunidades e possibilidades. Estas, eu imagino que jamais conseguirei retribuir, porém tentarei com muito afinho.

## RESUMO

O presente trabalho analisa qualitativamente a classificação de passivos contingentes judiciais através do desvio-padrão da variação percentual dos preços das ações de companhias com capital aberto no mercado de capitais brasileiro nos dias em que ações judiciais relativas a passivos contingentes judiciais previamente divulgados tiveram suas decisões anunciadas por fato relevante das companhias. O objetivo do trabalho é compreender se a classificação foi feita de maneira satisfatória ou não-satisfatória através de duas lentes de análise, quais sejam, a ótica das faculdades de direito e a ótica das companhias que contratam escritórios de advocacia para realizar a classificação.

**Palavras-chave:** Passivos Contingentes. Prática Jurídica. Contabilidade. Finanças Corporativas.

## **ABSTRACT**

This paper qualitatively analyzes the classification of judicial contingent liabilities through the standard deviation of the percentual variance of stock prices of publicly traded companies in the Brazilian securities market in days which rulings on lawsuits related to previously reported judicial contingent liabilities were made public through a material fact by the companies. The objective of this paper is to comprehend if the classification was done in a satisfactory or non-satisfactory manner according to two analytical standpoints: from the law school's standpoints and from the standpoint of companies that hire law firms to do the classification.

**Keywords:** Contingent Liabilities. Law Practice. Accounting. Corporate Finance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1</b> – Conhecimento das Normas Técnicas sobre Classificação de Passivos Contingentes .....	16
<b>Gráfico 2</b> – Faculdades que possuem Contabilidade como disciplina eletiva .....	26
<b>Gráfico 3</b> – Faculdades que possuem Contabilidade como disciplina eletiva .....	26



## LISTA DE FIGURAS

<b>Tabela 1</b> – Notas dos alunos .....	20
<b>Tabela 2</b> – Resultados da pesquisa .....	24

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>1. Pressupostos contábeis e financeiros .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Pressupostos contábeis.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1.1 Passivos contingentes e provisões .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1.1.1 Passivos contingentes judiciais .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1.2 Definições de “possível”, “provável” e “remoto” .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Pressupostos financeiros.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2.1 A hipótese do mercado eficiente.....</b>	<b>18</b>
<b>2. Metodologia .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 O conceito de desvio-padrão.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 Seleção de empresas .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Seleção das qualificadoras .....</b>	<b>23</b>
<b>3. Análise do estudo estatístico.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1 Sob a ótica das faculdades de direito .....</b>	<b>26</b>
<b>1.1 Sob a ótica das empresas .....</b>	<b>28</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>31</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>32</b>

## Introdução

O objeto do presente trabalho é avaliar, através de um ferramental estatístico de ampla utilização no mercado financeiro, o desempenho de advogados e advogadas ao classificar passivos contingentes judiciais como *possíveis*, *prováveis* ou *remotos*.

A *proxy* utilizada para avaliar o desempenho é o desvio-padrão da variação percentual dos preços das ações de companhias com capital aberto no mercado de capitais brasileiro nos dias em que ações judiciais relativas a passivos contingentes judiciais previamente divulgados tiveram suas decisões anunciadas por fato relevante das companhias. A utilização deste ferramental é justificada para investigar a performance de advogados e advogadas uma vez que se toma como pressuposto a *hipótese do mercado eficiente* e, conseqüentemente, garante-se que o preço das ações reflete toda e qualquer informação divulgada ao mercado.

A análise dos resultados objetiva classificar o desempenho dos profissionais do direito como *satisfatória* ou *não-satisfatória* a partir de duas óticas distintas, quais sejam, i) a das faculdades de direito; e ii) das empresas que contratam os escritórios de advocacia para realizar esta classificação.

Essa análise é direcionada não somente a profissionais que trabalham em empresas e contratam, cotidianamente, advogados e advogadas para lidar com as questões jurídicas que gravitam ao entorno de uma companhia. A análise pretende dialogar com advogados e gestores de escritórios para evidenciar o desempenho de suas análises frente aos casos de alta notoriedade e importância para seus principais clientes.

Essa análise é direcionada também às faculdades de direito que preparam os profissionais para o universo corporativo e formam advogados, juízes e juristas, como um todo, para lidar com o direito. O intuito deste direcionamento é guiar a proposição de grades curriculares que, de fato, coloquem alunos expostos aos desafios que enfrentarão em sua jornada profissional.

## **1. Pressupostos contábeis e financeiros**

Como discutido no capítulo anterior, essa análise não serve meramente a quem possui conhecimentos contábeis, financeiros e estatísticos e que, normalmente, lida com o dia a dia de uma empresa. Este presente trabalho também possui o intuito de conversar com advogados das mais diversas áreas que prestam serviços para empresas e centros universitários que pretendem transmitir o conhecimento jurídico ao mundo.

Nesse sentido, cabe serem estabelecidos pressupostos importantes, de natureza contábil e financeira, para não somente nivelar o entendimento sobre as questões discutidas nos capítulos finais, mas também para preparar e guiar o observador através dos meandros perpassados por este trabalho.

### **1.1 Pressupostos contábeis**

As ciências contábeis são, recorrentemente, vistas como acessório dispensável ao profissional do direito. Quando juristas ousam arriscar-se no mundo dos números e regras da contabilidade, intuitivamente assume-se que é um profissional ligado ao direito tributário – prática que evidentemente exige algum conhecimento contábil.

O presente trabalho, no entanto, pretende ilustrar um dos muitos momentos em que conceitos contábeis são, na verdade, essenciais para a compreensão de alguns institutos. Aqui poder-se-ia discorrer de diversos conceitos contábeis específicos – e diferentemente importantes para a atividade jurídica. Ao invés disso, concentrar-se-á no grupo dos passivos. Mais especificamente, esta seção se debruçará sobre classificações de probabilidades de passivos contingentes, parte integrante da atividade do advogado.

Para entender o que, de fato, são as probabilidades de passivos, é necessário dar um passo atrás e recorrer à legislação brasileira que trata de demonstrativos financeiros. Nela encontraremos uma definição de passivo que será o ponto de partida para a compreensão do trabalho. Recorremos, portanto, diretamente a Lei 6.404/1976, a Lei das S/A, que trata, em seu capítulo XV, das demonstrações contábeis.

No artigo 178, encontram-se breves classificações em relação ao balanço patrimonial e seus grupos de contas. Os passivos são classificados como “passivo circulante” e “passivo não-circulante”, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 2º do artigo supracitado.

Mais incisivamente, o parágrafo único do artigo 180 nos indica a diferença entre esses dois tipos de passivos:

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei. (BRASIL, 1976)

Essa classificação legal, apesar de clara e instrutiva para a elaboração de demonstrações financeiras, diz pouca coisa sobre a natureza do passivo e sobre as classificações de probabilidade que aqui se pretende estudar. Para caminharmos em direção da definição destes conceitos, recorrer-se-á a uma das principais autoridades na interpretação de regras contábeis no Brasil: o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC foi criado em 2005, pelo Conselho Federal de Contabilidade e foi colocado em prática a partir da união de esforços de múltiplas entidades interessadas como: a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional); a B3 Brasil Bolsa Balcão; o Conselho Federal de Contabilidade (CFC); o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon); a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi); entre outros.

De acordo com a resolução 1.055/2005, do CFC – que criou o CPC – o objetivo do comitê é:

“[O] estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.”<sup>1</sup>

O CPC, em seu primeiro pronunciamento, conhecido como CPC 00, define o conceito de passivo como uma “obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados”. Essa classificação, por sua vez, transmite bastante clareza sobre a natureza do passivo e aqui estabeleceremos, de fato, o nosso ponto de partida para, finalmente, compreender as classificações de probabilidade dos passivos contingentes.

---

<sup>1</sup> COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC.** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>. Acesso em: 9 jul. 2020.

O CPC não foi a primeira instituição a tentar classificar a probabilidade de eventos futuros tornarem-se passivos. Em 2005, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deliberou, aprovou e tornou obrigatória a Norma e Procedimento de Contabilidade 22 do IBRACON (NCP 22), que discutia passivos contingentes e provisões. É justamente esta norma que estabelece as classificações “possível”, “provável” e “remoto” como parâmetros a serem observados.

A norma foi, em 2009, substituída pelo CPC 25, um pronunciamento que trata do mesmo tema e que procurou simplificar o tratamento do tema. O CPC 25 contou com a aprovação não só da CVM, mas também do Conselho Federal de Contabilidade, do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Agência Nacional da Saúde, da Superintendência de Seguros Privados, e da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O caminho que está no horizonte deste trabalho contará com as previsões do CPC 25, mas sempre buscando articulá-lo com o que fora proposto no NCP 22 – como se fará necessário, eventualmente.

### **1.1.1 Passivos contingentes e provisões**

Para compreender o que, de fato, são as classificações de probabilidade de passivos contingentes, é importante estabelecer uma categoria imediatamente necessária: os passivos contingentes. As classificações dadas, evidentemente, não são dadas a passivos já existentes, mas, sim, a um evento que pode vir a se tornar passivo no futuro. No breve pronunciamento CPC 25, depara-se com os seguintes requisitos para um passivo ser considerado contingente e, portanto, sujeito às classificações que pretendemos analisar:

(a) ser uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade; ou

(b) ser uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009)

No pronunciamento, ainda se recomenda:

Uma entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Uma entidade deve divulgar um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009)

Em outras palavras, de acordo com a definição dada, um passivo contingente é, meramente, um evento que carrega consigo uma probabilidade de tornar-se um passivo real. Reconhece-lo como tal é de suma importância para os fins deste trabalho. Ainda, é posto que os passivos contingentes devem ser divulgados – a exceção dos que carregam consigo probabilidade *remota* de tornar-se um passivo – mas não reconhecidos para fins contábeis.

O comitê também se debruça sobre as provisões e as classifica de tal maneira a diferenciá-las de um passivo contingente. Para o CPC, “uma provisão é um passivo de prazo ou valor incerto” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009). Diferentemente dos passivos contingentes, que ainda dependem de uma condição para tornarem-se reais, as provisões já fazem parte da realidade – a despeito da incerteza sobre seu prazo ou valor.

A recomendação feita pela entidade é que uma provisão seja reconhecida para fins contábeis quando:

a) uma entidade possua uma obrigação - legal ou não formalizada - como resultado de um evento ocorrido no passado; b) é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009)

A provisão, é, portanto, o um dos extremos do espectro em que estão localizados os passivos contingentes – considerando os passivos contingentes remotos como a outra ponta do espectro. No caso das provisões, sua probabilidade de ocorrência é tamanha que as

próprias empresas tomam a decisão de não só atribuir um valor estimado a ela, mas também de incluí-la como parte de seus passivos presentes.

Há, no entanto, uma gama gigantesca de passivos que flutuam entre os passivos prováveis, sujeitos a tornarem-se provisões, e os remotos. Os passivos *possíveis* não merecem menos atenção, afinal, ocupam grande parte dos passivos contingentes. A essas três classificações se dará maior atenção nas seções posteriores deste trabalho.

#### **1.1.1.1 Passivos contingentes judiciais**

Um dos principais exemplos de passivos contingentes tem origem na via judicial e administrativa – e, por óbvio, estes serão os passivos que merecerão maior destaque no curso deste trabalho. Os passivos contingentes judiciais são originados em processos judiciais em que uma empresa, supostamente, deve uma quantia estabelecida.

Advogados, o grupo dominante nas disputas jurídicas, são os escolhidos para lidar com essas questões e, de fato, dar uma classificação em relação a sua probabilidade. Os profissionais, providos de conhecimento adquirido pela prática jurídica, classificam os passivos contingentes de acordo com o risco de uma empresa perder – na via judicial ou administrativa – a disputa em que está envolvida. Nesse sentido, as categorias “possível”, “provável” e “remoto” surgem como categorias da prática cotidiana de advogados.

Essa classificação realizada por advogados e advogadas, no entanto, possui embasamento somente na prática cotidiana, como se verá em momento oportuno, não considerando os pressupostos contábeis e conceituações aqui estabelecidas.

#### **1.1.2 Definições de “possível”, “provável” e “remoto”**

Os termos em questão, apesar de não possuírem redação complicada ou sentido notadamente ambíguo, carregam bastante subjetividade. Nesse sentido, as entidades responsáveis pela normatização agiram para dar clareza ao assunto.

A norma contida no CPC 25 abandonou as classificações de passivo “possível”, “provável” e “remoto” – tanto é que no trecho citado *supra* não há menção das categorias – antes presentes na NCP 22 (INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL, 2002). Esse movimento, em tese, acabou por levantar a hipótese de que as classificações teriam sido extintas.

KIETZMANN (2016), no entanto, vê de maneira diferente, uma vez que “as definições do CPC 25 possuem o mesmo alcance que as do NPC 22 – sendo equivalentes,



inclusive, no que se refere à sua insuficiência”. Nesse sentido, o autor definiu, a partir de uma análise conjugada de ambas as normativas, “provável”, “possível”, e “remoto” como:

(i) “provável”, em se tratando de um fato presente, o que tem mais chance de ser do que de não ser; e em se tratando de um evento futuro, o que tem mais chance de ocorrer do que de não ocorrer; (ii) “possível”, em se tratando de um fato presente, o que tem mais chance de não ser do que de ser; e em se tratando de um evento futuro, o que tem mais chance de não ocorrer do que de ocorrer; e (iii) “remoto”, em se tratando de um fato presente, o que tem pequena chance de ser; e em se tratando de um evento futuro, o que tem pequena chance de ocorrer. (KIETZMANN, 2016)

É acompanhando este entendimento que as principais empresas públicas do mercado de capitais brasileiro atuam. No Apêndice A deste trabalho há exemplos de empresas, dos mais variados setores, que divulgam seus passivos contingentes utilizando as terminologias “provável”, “possível” e “remoto”.

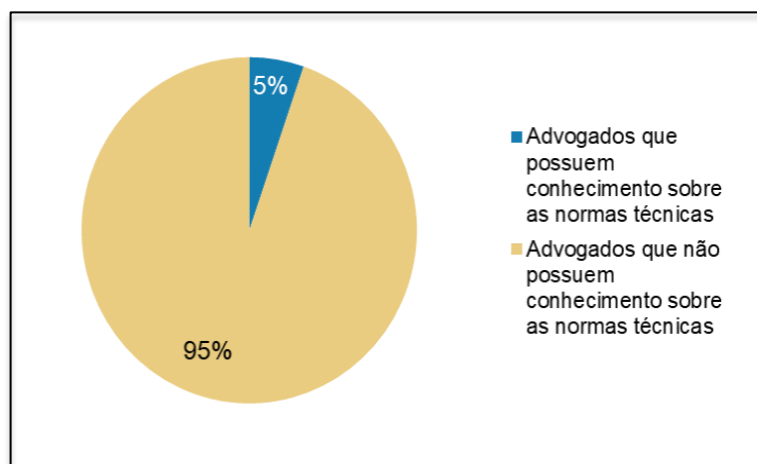
As definições, apesar de apresentarem alguma clareza ao profissional que trabalha em escritórios de advocacia, raramente alcança os profissionais. Um formulário respondido por 57 advogados da prática de direito tributário – a área que intuitivamente possui mais familiaridade com a contabilidade – distribuído nos mais celebrados escritórios de São Paulo<sup>2</sup> indicou que somente 3 deles, ou somente 5%, possuem conhecimento sobre as normas técnicas que guiam a classificação de passivos contingentes.

---

<sup>2</sup> O formulário foi distribuído entre advogados e advogadas da prática de direito tributários nos seguintes escritórios: BMA - Barbosa, Müssnich, Aragão; Demarest Advogados; Lefosse Advogados; Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados; Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados; Pinheiro Neto Advogados; TozziniFreire Advogados; e Veirano Advogados. Todas as respostas são anônimas para garantir a privacidade dos advogados e advogadas.

Gráfico 1 – Conhecimento das Normas Técnicas sobre Classificação de Passivos

Contingentes



Fonte: Elaboração própria (2020)

A falta de acesso a parâmetros específicos, com efeito, torna complexo o trabalho de quem lida diariamente com os conceitos contábeis e que, não raro, possuem contato muito limitado a conhecimentos contábeis que aqui foram explicados: os profissionais do direito.

## 1.2 Pressupostos financeiros

Da mesma maneira que foi feito com os pressupostos vindos da contabilidade, o objetivo, aqui, é introduzir um conceito específico da teoria das finanças: a *hipótese do mercado eficiente*. O assunto está inserido no campo da economia da informação e conversa diretamente com as dinâmicas dos mercados de capitais mundiais.

A hipótese do mercado eficiente guia, há vários anos, a atuação das agências reguladoras dos mercados de capitais, como a *Security and Exchange Commission* (SEC), nos Estados Unidos da América. A relação entre a regulação e o conceito teórico é tamanha que vasta literatura foi produzida para discutir o tema.

SAARI (1977) discutiu o tema de maneira pioneira em seu artigo para a *Stanford Law Review* intitulado *The Efficient Capital Market Hypothesis, Economic Theory and the Regulation of the Securities Industry*. No artigo, o autor destaca as formas de aplicabilidade da hipótese na regulação – que, anos depois, parece ter seguido caminhos similares aos propostos pelo autor.

### 1.2.1 A hipótese do mercado eficiente

Passada a contextualização da importância da hipótese do mercado eficiente, é necessário esclarecer, por fim, essa premissa que permeia toda a concepção deste trabalho.

Na década de 1950, Maurice Kendall escreveu seu célebre trabalho nomeado “*The Analysis of Economic Time Series, Part I: Prices*”. Em sua obra o autor estudou extensivamente as dinâmicas de preço nos mercados de capitais e encontrou alto nível de randomicidade na evolução destes preços (KENDALL, HILL, 1953). A primeira conclusão do autor, a partir de seus aplicados estudos, foi de que o mercado parecia funcionar desprovido de qualquer racionalidade.

Essa era, inclusive, a resposta simples e intuitiva a se considerar de acordo com os resultados obtidos. Kendall acreditava que um mercado desprovido de qualquer previsibilidade na evolução dos preços das ações só poderia ser explicado por um comportamento irracional guiado por absolutamente nada a não ser impulsos humanos igualmente irracionais.

No entanto, uma onda de economistas, após refletirem sobre os resultados da pesquisa de Kendall, chegaram, curiosamente, na interpretação contrária (BODIE, KANE, MARCUS, 2002, p. 341). Para este grupo de economistas, a randomicidade era justamente o que atribuía racionalidade ao mercado.

Nesse sentido:

“Suppose Kendall had discovered that stock price changes are predictable. What a gold mine this would have been. If they could use Kendall’s equations to predict stock prices, investors would reap unending profits simply by purchasing stocks that the computer model implied were about to increase in price and by selling those stocks about to fall in price. A moment’s reflection should be enough to convince yourself that this situation could not persist for long. For example, suppose that the model predicts with great confidence that XYZ stock price, currently at \$100 per share, will rise dramatically in 3 days to \$110. What would all investors with access to the model’s prediction do today? Obviously, they would place a great wave of immediate buy orders to cash in on the prospective increase in stock price. No one holding XYZ however would be willing to sell. The net effect would be an immediate jump in the stock price

to \$110. The forecast of a future price increase will lead instead to an immediate price increase. In other words, the stock price will immediately reflect the “good news” implicit in the model’s forecast. This simple example illustrates why Kendall’s attempt to find recurrent patterns in stock price movements was likely to fail. A forecast about favorable future performance leads instead to favorable current performance, as market participants all try to get in on the action before the price jump.” (BODIE, KANE, MARCUS, 2002, p. 341)

É possível concluir, portanto, que se um mercado de capitais populado por agentes interessados em satisfazer suas preferências absorve, imediatamente, informações – e essas informações são traduzidas em alterações nos preços das ações –, os preços só sofrerão alteração, de fato, com o surgimento de notícias novas, que o público como um todo não tem acesso. Isso se dá pelo fato de que novas informações não são providas de qualquer previsibilidade, afinal, se fossem, seu impacto já estaria traduzido em preço.

Este raciocínio é justamente o que está por trás da hipótese do mercado eficiente, ou seja, que o preço das ações reflete todas as informações disponíveis para o público em seu preço (BODIE, KANE, MARCUS, 2002, p. 342). Ou seja, o preço no mercado de capitais, é, na realidade, o real valor das companhias abertas de acordo com as informações já produzidas e divulgadas ao público.

É por este motivo, inclusive, que, comumente, até para leigos que estão meramente envolvidos de maneira lateral com o mercado de capitais, as informações privilegiadas possuem tanto valor e tanta notoriedade.

Informações privilegiadas são caracterizadas como tal porque não foram, ainda, divulgadas para o público e, portanto, não foram incorporadas aos preços das ações. Nesse sentido, um detentor de informação privilegiada teria condições de se beneficiar indevidamente através de uma prática que atenta diretamente contra a equidade do mercado de capitais. A informação privilegiada é um indício de ineficiência do mercado que viola a hipótese do mercado eficiente, mas é, ao mesmo tempo, relevante para a compreensão dos fatores que guiam a hipótese em si.

## 2. Metodologia

Estabelecidos os pressupostos contábeis e das finanças que são essenciais para o desenvolvimento da pesquisa aqui proposta, passamos finalmente à estrutura metodológica desenvolvida que mescla aspectos estatísticos com indicadores relevantes para o mundo das finanças corporativas.

A lógica estabelecida é bastante pragmática: como dito anteriormente, na prática, quem lida com os conceitos de probabilidade de um passivo contingente tornar-se real são advogados das mais variadas áreas, dada sua *expertise* frente aos tribunais e demandas judiciais periódicas. Por força da normativa do CPC, e da prática reiterada das empresas públicas brasileiras de divulgar seus passivos judiciais, essa informação – ou seja, a classificação do passivo como “provável”, “possível” ou “remoto” – é de livre acesso ao público e, portanto, de acordo com a hipótese do mercado eficiente, já está embutida no preço da ação.

A proposta desta pesquisa, é, afinal, testar a qualidade da avaliação feita por advogados, uma vez que qualquer decisão que fuja da estimativa dos grupos de advogados, vai tornar-se informação nova ao mercado e, portanto, impactar imediatamente os preços das ações, caso demonstre relevância.

Para isso, uma *proxy* foi escolhida para determinar se a avaliação pelos escritórios de advocacia é *satisfatória* ou *não-satisfatória*. Esse indicador que servirá como *proxy* é o desvio-padrão da variação do preço das ações de empresas negociadas publicamente. O motivo de usar a variação, e não meramente o preço, tem fundo na hipótese do mercado eficiente. Uma vez que as informações já estão incorporadas no preço de cada ação, somente a variação – ou a “surpresa” do mercado – pode evidenciar se o mercado julgou a informação como positiva, negativa, ou como uma informação neutra e, por consequência, de acordo com a informação já existente – ou irrelevante.

A variação de preço é considerada somente nos dias do ano em que sentenças judiciais anteriormente identificadas como passivos contingentes – ou no dia seguinte no caso das decisões divulgadas somente após o fechamento do expediente do mercado de capitais – e notificadas através de fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358. Dessa maneira, captura-se somente decisões relevantes, ou seja, que, de fato, possuem impacto na operação da empresa e que, incontestavelmente, tornaram-se públicas através do comunicado.

A mera variação, no entanto, forneceria uma análise casuística, e não uma generalização a partir da qual pode-se realizar uma análise. Por essa razão é justificado o uso

do desvio-padrão, uma métrica comum na estatística e nos mercados financeiros para medir a distância entre cada observação de uma amostra coletada e a média das observações.

## 2.1 O conceito de desvio-padrão

O desvio-padrão é um dos exemplos do que se conhece na estatística como uma medida de dispersão. Medidas de dispersão, apesar de menos populares na análise de dados com menor complexidade – em comparação com as medidas de posição, frequentemente veiculadas na mídia – são extremamente relevantes para obter um diagnóstico completo e verossímil sobre um conjunto de dados (MORETTIN, BUSSAB, 2004, p. 37).

As medidas de posição – a média, a moda e a mediana – oferecem informações pontuais e representativas, que como o nome diz, indicam uma posição. Essa informação, no entanto, diz muito pouco sobre a variabilidade desse grupo de informações. As medidas de dispersão, pelo contrário, objetivam justamente nos informar sobre a variabilidade do conjunto de observações. (MORETTIN, BUSSAB, 2004, p. 35)

Um bom exemplo para ilustrar os conceitos trata sobre as notas de uma sala de aula. Imagina-se, para efeitos dessa explicação, que a hipotética sala de aula possui cinco alunos que foram submetidos a uma prova. Os resultados da prova estão dispostos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Notas dos Alunos

Aluno	Nota
A	10
B	9
C	4
D	3
E	5

Fonte: Elaboração própria (2020)

Quando se calcula a média ( $\bar{x}$ ) das notas dos alunos, encontra-se que  $\bar{x} = 6,2$ . Suponha, ainda, que a escola que os indivíduos A, B, C, D e E estudam possui média de aprovação nas matérias igual 6 e que a prova foi o único método de avaliação,

Na situação hipotética, um olhar descuidado para a média poderia indicar ao observador que “em média, os alunos foram aprovados” e, portanto, que o desempenho do

conjunto está mais próximo de uma avaliação positiva do que de uma negativa. No entanto, quando observamos atentamente as notas dos alunos, somente duas delas estão acima da média, enquanto outras três estão abaixo.

Ao mesmo tempo, a mediana ( $m$ ) das observações, ou seja, a posição central da lista de notas ordenadas da menor para a maior, é  $m = 5$ . Essa informação, no entanto, não faz jus às altas notas obtidas pelos alunos A e B.

As medidas de dispersão servem, nesse caso, para oferecer o dimensionamento da variabilidade entre as notas observadas. O desvio-padrão, por exemplo, é obtido pelo cálculo da raiz quadrada da média das diferenças entre cada observação e a média. Dessa maneira, uma medida de variabilidade pode dar maiores informações para o observador. No caso proposto, o desvio-padrão (DP) encontrado é de aproximadamente  $DP = 3.11$ .

A fórmula do desvio-padrão é:

$$DP = \sqrt{\frac{\sum (x - \bar{x})^2}{n}}, \text{ onde DP é o desvio-padrão, } x \text{ é uma das observações, } \bar{x} \text{ é a}$$

média e  $n$  é o número total de observações.

Para interpretarmos o desvio-padrão é preciso compreender o conjunto de observações que se possui. Por exemplo, sabe-se que o menor desvio-padrão possível neste caso é 0, afinal, esse seria o resultado se todas as notas fossem idênticas (*i.e.*, não há desvio). Sabe-se também que não faz sentido conjecturar sobre um desvio-padrão muito superior a 5 – mais precisamente 5,48 –, uma vez que o conjunto com maior desvio-padrão possível é aquele que apresenta três observações com a nota máxima e dois com a nota mínima (ou vice-versa).

Nesse sentido, um desvio-padrão igual a 3.11 é um valor que indica variabilidade relativamente alta entre as notas, demonstrando, com efeito, que não há homogeneidade de desempenho na turma observada.

## 2.2 Seleção de empresas

A seleção de empresas foi feita através de um processo de observação. Definiu-se um número razoável que pudesse ser representativo do mercado de capitais brasileiro através de sua relevância.

O primeiro processo conduzido foi a observação extensiva dos sites de relação com investidores (RI) para avaliar a disponibilidade de material a ser analisado. De acordo com a Toro Investimentos, em 2019 a B3 possuía mais de 300 companhias brasileiras listadas<sup>3</sup>, no entanto, poucas empresas realizam uma análise aprofundada sobre seus passivos contingentes e, de fato, atualizam o status destes através de fatos relevantes<sup>4</sup>.

Para chegar a uma lista relativamente representativa e passível de ser analisada determinou-se qual era o e volume de compra e venda de ação das empresas. Nesse sentido, chegou-se a um grupo de 15 empresas que possuem maior volume de ações negociados<sup>5</sup> no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019<sup>6</sup>.

Dessa maneira, as empresas observadas não só seriam uma amostra representativa do mercado de capitais brasileiro, mas também gerariam resultados observáveis uma vez que são companhias relevantes no mercado brasileiro. Isso se explica porque, dado que o volume de compra e venda de ação dessas empresas é mais alto que de outras empresas, estas são as principais candidatas para terem seus fatos e passivos contingentes percebidos pelo mercado.

### 2.3 Seleção das qualificadoras

Para os fins deste trabalho, as qualificadoras utilizadas para medir a performance dos escritórios de advocacia foram: *satisfatória* e *não-satisfatória*. O nível de satisfação de algo, no entanto, está invariavelmente ligado a algum padrão de satisfação.

Nesse sentido, dois padrões serão utilizados. O nível de satisfação (ou não-satisfação) do profissional em relação ao que é estabelecido como padrão para as faculdades de direito e o nível de satisfação (ou não-satisfação) do profissional em relação ao que seus contratantes desejaram quando este foi contratado.

Através dessas qualificadoras, é possível compreender se os advogados estão agindo i) de maneira satisfatória considerando o objetivo de formação dos cursos de direito; e ii) de maneira satisfatória considerando o objetivo das empresas ao contratarem um escritório para

---

<sup>3</sup> TORO INVESTIMENTOS. **Empresas listadas na B3 (Bovespa) – lista de ações**. Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/empresas-listadas-b3-bovespa>. Acesso em: 10 ago. 2020.

<sup>4</sup> De acordo com a Instrução 358 da CVM, um fato relevante é, entre muitos outros, quaisquer atos ou fatos de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico financeiro que influencie de maneira substancial no preço de valores mobiliários, na decisão de investidores em comprar, vender ou manter esses valores mobiliários, e na decisão de exercer direitos inerentes a condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002).

<sup>5</sup> Ações negociadas na bolsa de valores brasileira (B3) e nas bolsas de valores norte-americanas, de maneira indireta, no formato de *American Depositary Shares (ADR)*.

<sup>6</sup> BLOOMBERG: banco de dados especializado. Disponível somente para assinantes. Acesso em: 19 jul. 2020.



avaliar seus passivos contingentes. Em palavras simples, portanto, é possível compreender se advogados “fazem o que foram ensinados” pelas escolas de direito e “fazem o que foi pedido” pelas instituições que os contratam.

### 3. Análise do estudo estatístico

Através da análise das empresas escolhidas e listadas no Apêndice B, obteve-se 58 datas entre janeiro de 2018 e fevereiro de 2019 em que investidores foram avisados, através de um fato relevante, que decisões judiciais sobre passivos contingentes tiveram uma decisão definitiva.

Tabela 2 – Resultados da pesquisa

<b>Amostra</b>	<b>58</b>
<b>Média (%)</b>	<b>0,09</b>
<b>Mediana (%)</b>	<b>0,31</b>
<b>Desvio-padrão (%)</b>	<b>2,14</b>

Fonte: Elaboração própria (2020)

Dos números podemos compreender que, em média, a variação do preço das ações é de 0.09%. Ou seja, que, considerando a performance média nos dias em que foram publicadas decisões judiciais relacionadas com os passivos contingentes, o impacto dessas decisões foi, supostamente, perto neutro para o conjunto ações das empresas.

No entanto, como já foi tratado anteriormente em seção *supra*, a média não é suficiente para determinar que a performance das empresas como um todo foi próxima da marca de 0.09%. No caso específico, havendo valores positivos e negativos, o uso da média torna-se ainda menos efetivo. Por sua vez, a mediana das variações de preço mostra um valor 0.22 unidades superior à média, indicando que há alguma uma tendência maior de erro. Uma mediana superior à média indica que em, pelo menos, 29 dos casos as ações responderam positivamente na data, indicando resultado melhor do que o antecipado.

Apesar das observações feitas indicarem algum nível de erro, é somente com a observação do desvio-padrão que se observa a grande variabilidade de valores adquiridos na amostra. Considerando que o desvio-padrão mostra somente a distância para a média – e não se o impacto é positivo ou negativo – e que a maior variação de preço da ação encontrada foi de 5,38% é possível concluir que o desvio-padrão de 2.14% demonstra variabilidade relativamente alta entre os valores da amostra.

Dessa conclusão, uma outra é evidente: quando o mercado de capitais teve oportunidade de reagir a fatos relevantes que foram publicados contendo informações relativas a passivos contingentes, houve alto nível surpresa por parte do mercado. A previsibilidade buscada pela análise feita por advogados, nesse sentido, à primeira vista pode

ser considerada como argumento em favor de uma avaliação *não-satisfatória* para a atuação de advogados. No entanto, esse não parece ser o caso – ou pelo menos não é sob todas as óticas que este trabalho se propôs a analisar.

### **3.1 Sob a ótica das faculdades de direito**

Como foi proposto anteriormente neste trabalho, em simples palavras, a ideia por trás de uma análise sob a ótica das faculdades de direito tem o objetivo de entender se advogados “fazem o que foram ensinados”. Ou seja, se a partir da ótica das faculdades de direito, a avaliação sobre a classificação de passivos contingentes é ou não satisfatória.

A partir dos dados analisados, a situação que aparenta se apresentar é que advogados, na verdade, “não fazem o que não foram ensinados”. Essa afirmação, apesar de óbvia, carrega consigo a realidade dos profissionais do direito. Após a análise das grades curriculares para os cursos de direito das 35 melhores faculdades<sup>7</sup> de direito do Brasil<sup>8</sup>, nota-se que apenas 9%, ou 3 faculdades possuem cursos de contabilidade em sua grade curricular obrigatória.

Evidentemente, a resposta fácil e simples para a afirmação anterior é de que não há uma obrigação formal que dite que um curso de direito possua contabilidade em sua grade curricular obrigatória. E não há o que discordar dessa afirmação, afinal, os conhecimentos da contabilidade não são essenciais a todas as áreas do direito.

No entanto, é evidente também que algumas das áreas do direito exigem esse tipo de conhecimento, como por exemplo o direito tributário. Nesse sentido, a mesma análise das grades curriculares mostra que somente 14% faculdades de direito, ou 5 faculdades, possuem cursos de contabilidade em sua lista de matérias eletivas<sup>9</sup>. Isso significa que, na maioria dos casos, não existe nem mesmo a possibilidade de se adquirir conhecimento de nível universitário na área contábil enquanto sendo um estudante de direito.

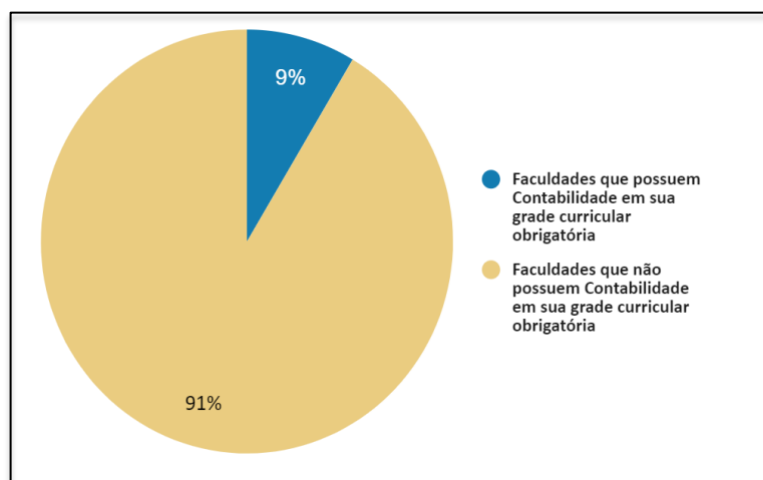
---

<sup>7</sup> RUF FOLHA. Ranking de cursos de graduação: Direito. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-cursos/direito/>. Acesso em: 7 set. 2020.

<sup>8</sup> Tabela no Apêndice C.

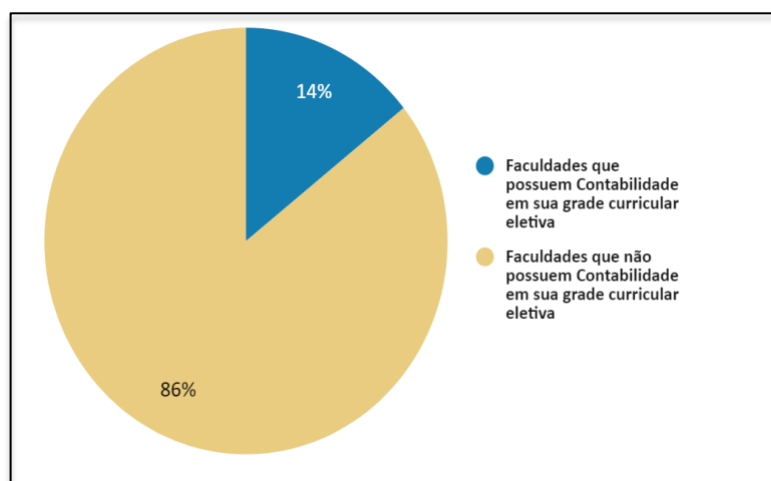
<sup>9</sup> Considerou-se aqui somente eletivas incluídas dentro dos departamentos voltado para o ensino do direito. Os casos de universidades que permitem que um aluno do curso de direito inclua em suas eletivas uma matéria do curso de contabilidade foram descartados.

Gráfico 2 – Faculdades que possuem Contabilidade como disciplina obrigatória



Fonte: Elaboração própria (2020)

Gráfico 3 – Faculdades que possuem Contabilidade como disciplina eletiva



Fonte: Elaboração própria (2020)

Ressalta-se, ainda, que em 100% das faculdades que possuem o curso de contabilidade, a matéria intitula-se “fundamentos” ou “noções” de contabilidade. Ou seja, nestes cursos, há em linhas gerais, os conceitos fundamentais da contabilidade e da produção de demonstrações financeiras o que, de fato, não contribui para uma análise elaborada por parte do advogado. Ora, o conhecimento para realizar demonstrativos não auxilia o profissional do direito. Somente a capacidade de interpretar e analisar conceitos e demonstrativos contábeis, de fato, produz algum efeito. Ainda assim, nem mesmo pequena parcela das faculdades de direito direciona alunos para esta direção.

Ainda, é preciso reconhecer que existe uma cadeia de contratações que é extremamente relevante ao observar a questão sob a ótica das faculdades de direito. As grandes empresas públicas que foram alvo desta análise, naturalmente, contratam os melhores escritórios de advocacia do país. Ao mesmo tempo, para manter um padrão de qualidade e excelência, estes escritórios contratam advogados formados pelas faculdades de excelência do Brasil.

Nesse sentido, considerando que os advogados contratados pelos mais renomados escritórios se formaram nas 35 melhores faculdades do país, a probabilidade de que um deles possua conhecimento na área contábil é ínfima. Consequentemente, a probabilidade de a análise de passivos contingentes ser feita por um advogado com esse tipo de conhecimento é também ínfima.

Conclui-se, portanto, que do ponto de vista das faculdades de direito, em geral, advogados atuam de maneira *satisfatória*. E essa conclusão só é possível uma vez que, acessoriamente, se possui a conclusão de que nem mesmo a elite jurídica brasileira teve a oportunidade de estudar as noções fundamentais das ciências contábeis.

Não se trata aqui da qualidade da faculdade, evidentemente. O conhecimento contábil, bem como o conhecimento na área de finanças, tão caro aos profissionais do direito que atuam em fusões e aquisições ou no mercado de capitais, não é disseminado de forma alguma. Aliás, prover este tipo de conhecimento não é nem mesmo objetivo das faculdades de direito. No caso das finanças, só uma das 35 faculdades possuem a matéria como eletiva em suas grades curriculares. Nenhuma das faculdades possuem finanças como matéria obrigatória.

É justamente nesse sentido que a afirmação de que os profissionais do direito “não fazem o que não foram ensinados” se relaciona com a avaliação satisfatória atribuída aqui.

### **1.1 Sob a ótica das empresas**

Em relação as empresas contratantes, evidentemente, a avaliação é *não-satisfatória*. A falta de acurácia na classificação dos passivos contingentes cria uma situação de imprevisibilidade sobre o futuro dos desembolsos das empresas, consequentemente impactando a sua gestão de balanço patrimonial.

A despeito da possível argumentação em relação a latente imprevisibilidade dos tribunais brasileiros que decidem de maneira pouco previsível por advogados, esta não é mais

suficiente para que se justifique tamanho desvio entre a previsão e o resultado concreto das ações judiciais.

Alguns argumentos podem ajudar a consolidar o entendimento que, de fato, a imprevisibilidade não deve ser um fator responsável por causar erros de tamanha magnitude como, quais sejam: 1) a experiência dos grandes escritórios de advocacia; e 2) o extensivo uso de tecnologia para dar maior certeza na avaliação.

Em relação ao primeiro argumento, como já colocado em seção *supra*, assumir a premissa de que escritórios de maior renome são responsáveis pelos casos das companhias abertas de maior realce no mercado de capitais brasileiro é admissível uma vez que estes escritórios absorvem grande parte dos formandos advindos das principais faculdades de direito no país.

Nesse sentido, não faltam recursos, pessoal ou experiência lidando com os meandros da litigância para que as previsões sejam, ao menos, mais acuradas. De acordo com a The Legal 500, uma instituição focada em realizar pesquisas e elaborar rankings de escritórios de advocacia em todo o mundo, os escritórios que figuram como líderes no Brasil são: BMA - Barbosa, Müssnich, Aragão; Demarest Advogados; Lefosse Advogados; Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados; Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados; Pinheiro Neto Advogados; TozziniFreire Advogados; e, por fim, Veirano Advogados.

Todos os escritórios listados possuem, de acordo com a Latin Lawyer<sup>10</sup>, no mínimo, 35 sócios – que figuram, normalmente, como as grandes celebridades do mercado jurídico brasileiro – e estão, ao menos, 20 anos atuando no mercado. Os traços de experiência e qualidade, demonstrado inclusive por instituições de reconhecimento nacionais e internacionais, são – ou deveriam ser – quesitos suficientes para garantir que os resultados das ações judiciais sejam, pelo menos, relativamente previsíveis, ou seja, com menor desvio padrão.

Em relação ao segundo argumento, é importante, novamente, reconhecer a disponibilidade de recursos encontrada nos grandes escritórios brasileiros. Dito isso, é estabelecido que o progresso tecnológico tem impactado drasticamente a utilização de dados para a previsão e estimação de variáveis – os softwares de inteligência de mercado, ou *Business Intelligence*, garantem resultados para empresas das mais diferentes cadeias.

O universo jurídico brasileiro, no entanto, não aderiu à tecnologia de maneira intensiva a fim de garantir maior certeza. O que ocorre, na verdade, é a reprodução cíclica de

---

<sup>10</sup> LATIN LAWYER. Brazil. Disponível em: <https://latinlawyer.com/country/brazil>. Acesso em 1 nov. 2020.

um sistema que se retroalimenta em que juristas atribuem a falta de previsibilidade a atuação errática de juízes e justificam sua falta de acurácia na falta de previsibilidade – a despeito das grandes campanhas voltadas a clientes serem baseadas justamente no nível de experiência e qualidade da avaliação jurídica.

Ao mesmo tempo, as previsões jurídicas, ainda tem um longo caminho a seguir para atingir níveis comparativos com as previsões das áreas de finanças, por exemplo. Nesse sentido, o setor possui um *gap* de crescimento exponencial e que ainda não foi explorado por escritórios brasileiros de maneira substancial.

O gigantesco potencial é facilmente visível em exemplos. De acordo com a BBC (WAKEFIELD, 2016), pesquisadores da University College London, em conjunto com as universidades de Sheffield e Pennsylvania, através do uso de inteligência artificial, previram com 79% de acurácia os resultados de centenas de casos da Corte Europeia de Direitos Humanos. A fim de gerar a melhor estratégia de litigância frente a um juiz de direito que possui vieses comportamentais estabelecidos, o uso de inteligência artificial e outras tecnologias é uma maneira eficiente de, de fato, gerar resultados que possam atender às expectativas dos escritórios de advocacia.

Além disso, vale ressaltar que, de acordo com as estimativas da IDC<sup>11</sup>, o gasto em inteligência artificial não é mais setorizado e restrito a empresas de tecnologia – e a tendência de crescimento de gastos tende a continuar. Em 2020 estima-se que os gastos chegarão à casa dos 50 bilhões de dólares. Em 2024, esse valor deve mais do que dobrar e atingir 110 bilhões de dólares. Essa estatística corrobora com o crescente gasto em tecnologia no mundo e a necessidade de adaptação dos escritórios de advocacia.

É importante ressaltar que a empreitada que rumo no sentido do progresso tecnológico e uso de dados já possui *stakeholders* atuando no mercado brasileiro. Este é o caso da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ) ou empresas como a Deep Legal. Esta última realiza análises de tendências de julgamentos, análises preditivas, criação de *benchmarks* jurídicos e, especialmente, antecipação de resultados de maneira efetiva para seus clientes.

---

<sup>11</sup> IDC. **Worldwide Spending on Artificial Intelligence Is Expected to Double in Four Years, Reaching \$110 Billion in 2024, According to New IDC Spending Guide.** Disponível em: <https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS46794720>. Acesso em: 7 set. 2020.

## **Conclusão**

Examinou-se, neste trabalho – através do desvio-padrão da variação percentual dos preços das ações de companhias com capital aberto no mercado de capitais brasileiro nos dias em que ações judiciais relativas a passivos contingentes previamente divulgados tiveram suas decisões anunciadas por fato relevante das companhias – a performance de juristas empregados nos melhores escritórios de advocacia do Brasil.

Através das duas lentes de análises propostas, o resultado obtido –  $DP = 2,14$  – indica que sob a primeira ótica – relacionada às faculdades de direito do país – há desempenho satisfatório, devido ao que essas entidades de propõem a ensinar nas escolas de direito e o que, de fato, ensinam.

Em relação à segunda lente de análise, relativa às empresas que contratam os profissionais, a performance é não satisfatória, uma vez que a previsibilidade jurídica – fundamento da contratação dos escritórios de advocacia – não é atingida. Ainda sob esta lente, contesta-se o argumento de que a falta de previsibilidade das decisões judiciais erráticas pelos juízes de direito brasileiro seja o fundamento e a causa impossível de ser contornada para os advogados brasileiros.

Vale reiterar aqui que o objeto deste trabalho é auxiliar não só as companhias a terem maior visibilidade sobre os serviços que são prestados, mas também aos escritórios de advocacia e as escolas de direito a refletirem sobre seus objetivos e as ferramentas utilizadas para conquistarem seus objetivos – seja formar advogados capacitados para lidar com o mercado, seja oferecer serviços jurídicos com qualidade primorosa.



## Referências bibliográficas

AMBEV. **Formulário de Referência: relatório técnico**. São Paulo, 2020. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/c8182463-4b7e-408c-9d0f-42797662435e/952887fa-7d6f-43b1-84c3-7b381f3608e0\\_formulario\\_de\\_referencia\\_ambev\\_v4.pdf](https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/c8182463-4b7e-408c-9d0f-42797662435e/952887fa-7d6f-43b1-84c3-7b381f3608e0_formulario_de_referencia_ambev_v4.pdf). Acesso em: 1 nov. 2020.

BLOOMBERG: banco de dados especializado. Disponível somente para assinantes. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan J. **Investments: Random walks and the efficient market hypothesis**. 5. Ed. New York: McGraw-Hill Book Company, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Brasília, 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**. Brasília, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>. Acesso em: 9 jul. 2020.

IDC. **Worldwide Spending on Artificial Intelligence Is Expected to Double in Four Years, Reaching \$110 Billion in 2024, According to New IDC Spending Guide**. Disponível em: <https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS46794720>. Acesso em: 7 set. 2020.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **NPC 22: Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas**. Rio de Janeiro, p. 24. 2002.

ITAU UNIBANCO. **Formulário de Referência: relatório técnico.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.italy.com.br/relacoes-com-investidores/Download.aspx?Arquivo=xjxUjm4uou6dLAUw1+Daww==&IdCanal=Sqjrl1eBRjH/MQgu2IIC3Q==>. Acesso em: 1 nov. 2020.

KENDALL, Maurice G., HILL, Austin B. **The Analysis of Economic Time-Series-Part I: Prices.** Journal of the Royal Statistical Society. Series A (General), vol. 116, no. 1, 1953, pp. 11–34. JSTOR. Disponível em: [www.jstor.org/stable/2980947](http://www.jstor.org/stable/2980947). Acesso em: 1 mai. 2020.

KIETZMANN, Luís F. D. F.; **Provisionamento de Processos Judiciais e Administrativos: Análise Crítica e Propostas de Boas Práticas.** Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15551/Provisionamento%20de%20Processos%20Judiciais%20F%20Kietzmann%2022%2002%2016%20v%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2020.

LATIN LAWYER. Brazil. Disponível em: <https://latinlawyer.com/country/brazil>. Acesso em 1 nov. 2020.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de O.; **Estatística Básica.** 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PETROBRAS. **Formulário de Referência: relatório técnico.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em [https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/e53cb21c-18d5-4cfd-bd7e-9d886801546c\\_fre\\_petrobras\\_2020\\_v6\\_.pdf](https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/e53cb21c-18d5-4cfd-bd7e-9d886801546c_fre_petrobras_2020_v6_.pdf). Acesso em: 1 nov. 2020.

RUF FOLHA. **Ranking de cursos de graduação: Direito.** Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-cursos/direito/>. Acesso em: 7 set. 2020.

SAARI, Christopher Paul. **The Efficient Capital Market Hypothesis, Economic Theory and the Regulation of the Securities Industry.** *Stanford Law Review*, vol. 29, no. 5, 1977, pp. 1031–1076. JSTOR. Disponível em: [www.jstor.org/stable/1228142](http://www.jstor.org/stable/1228142). Acesso em: 1 mai. 2020.

TORO INVESTIMENTOS. **Empresas listadas na B3 (Bovespa) – lista de ações.** Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/empresas-listadas-b3-bovespa>. Acesso em: 10 ago. 2020.

VALE. **Formulário de Referência: relatório técnico.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/reference-form/Documents/docs-pt/Vale%201%20Formul%C3%A1rio%20de%20Refer%C3%Aancia%20-%20v.%2012.2020%20\(Arquivada%20na%20CVM%20em%2013.10.2020\)%20\(1\).pdf](http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/reference-form/Documents/docs-pt/Vale%201%20Formul%C3%A1rio%20de%20Refer%C3%Aancia%20-%20v.%2012.2020%20(Arquivada%20na%20CVM%20em%2013.10.2020)%20(1).pdf). Acesso em: 1 nov. 2020.

WAKEFIELD, Jane. **AI predicts outcome of human rights cases.** BBC. Londres. 23 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-37727387>. Acesso em 01 nov. 2020.

## APÊNDICE A – EXEMPLOS DE DIVULGAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES POR COMPANHIAS ABERTAS

### Exemplo 1

a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”)
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	14/12/2017
d. Partes do Processo	Autor: União Federal Réu: Petrobras
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.273.559.029,12
f. Principais fatos	<p><u>Objeto:</u> Cobrança de CIDE, relativa ao exercício de 2013, sobre as remessas efetuadas ao exterior por conta de pagamentos de afretamento de embarcações. A Receita Federal desconsiderou o afretamento e reputou se tratar de uma importação de serviços.</p> <p><u>Fase Processual:</u> A impugnação foi apresentada pela Companhia em 01/02/2018. Houve manutenção parcial do crédito tributário pela Delegacia Regional de Julgamento (“DRJ”) o que motivou a interposição de recurso voluntário, provido integralmente em 20/08/2019. Foi apresentado recurso especial pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ainda pendente de julgamento.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual perda do processo poderá gerar um prejuízo financeiro relevante para a Companhia, considerando o valor envolvido no âmbito do referido processo conforme descrito no item “e” acima.
i. Valor provisionado, se houver	Não há valor provisionado.
Observações	Este processo se refere a discussões quanto à incidência de tributos sobre afretamento. Este processo é correlato ao processo nº 16682.722011/2017-17 quanto aos fatos originadores da autuação.

Fonte: Petrobrás (2020)<sup>12</sup>

<sup>12</sup> PETROBRAS. **Formulário de Referência: relatório técnico.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em [https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/e53cb21c-18d5-4cfd-bd7e-9d886801546c\\_fre\\_petrobras\\_2020\\_v6\\_.pdf](https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/e53cb21c-18d5-4cfd-bd7e-9d886801546c_fre_petrobras_2020_v6_.pdf). Acesso em: 1 nov. 2020.

## Exemplo 2

5) Processo n. 0010787-11.2016.5.03.0005	
Juízo	5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG
Instância	1ª instância
Data de instauração	27/05/2016
Partes no processo	Vale S.A. (Autora) União Federal (Ré)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$16.349,23
Principais fatos	<p>A presente ação tem por objeto a anulação do auto de infração 20.589.903-0, lavrado em face da Vale pelo Ministério do Trabalho, e que se baseia no entendimento da autoridade fiscalizadora de que empregados da empresa Ouro Verde Locação e Serviços S.A. ("Ouro Verde") trabalharam em condições análogas à escravidão, sujeitos a jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho. Em razão do entendimento sustentado pelos auditores do Ministério do Trabalho, acerca da ilicitude da terceirização havida entre a Companhia e a Ouro Verde, o auto de infração atinente ao trabalho análogo a escravo foi lavrado em face da Vale.</p> <p>Em 10 de maio de 2016, foi deferida tutela antecipada, via Medida Cautelar distribuída em 29 de abril de 2016, em favor da Vale, determinando que o Ministério do Trabalho se abstenha de promover a inscrição do Auto de Infração em dívida ativa, bem como executá-lo antes do trânsito em julgado da ação anulatória ajuizada pela autora (Vale).</p> <p>Em 02 de maio de 2018, foi publicada a sentença julgando improcedente a ação anulatória. Foram opostos embargos de declaração pela Vale, em 09 de maio de 2018, restando decidido, em 21 de maio de 2018, que a revogação da tutela antecipada, somente passará a ter efeito após o trânsito em julgado da decisão, o que não ocorreu ainda tendo em vista que o feito se encontra em fase recursal.</p> <p>A Vale apresentou Recurso Ordinário em 06 de junho de 2018. Em fevereiro de 2019, apesar de ter sido afastado o vínculo de emprego entre a Vale e os trabalhadores da Ouro Verde Locações e Serviços S.A., fato este, frise-se novamente, que havia dado ensejo à autuação da Vale sobre as condições degradantes de trabalho, a 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de MG, através de decisão não unânime, manteve o auto de infração, negando provimento ao Recurso Ordinário.</p> <p>Foram opostos embargos de declaração pela Vale, os quais foram julgados improcedentes. Foi interposto Recurso de Revista contra a decisão que manteve o mencionado auto de infração, o qual teve o seguimento negado. Da decisão que negou seguimento ao Recurso de Revista foi interposto Agravo de Instrumento, o qual está pendente de julgamento pelo TST.</p> <p>Na data deste Formulário de Referência, a Vale aguarda o julgamento do recurso interposto pela Vale S.A., encaminhado para o TST.</p>
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda / Razões da relevância do processo para a Companhia	A eventual perda do referido processo e daquele descrito no item 4 acima poderá causar prejuízos financeiros e reputacionais relevantes à Companhia, especialmente porque poderia levar a Vale a ser incluída na lista de empregador escravo mantida pelo Ministério do Trabalho.
Observações	Não aplicável.

Fonte: Vale (2020)<sup>13</sup>

<sup>13</sup> VALE. **Formulário de Referência: relatório técnico**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/reference-form/Documents/docs-pt/Vale%20Formul%C3%A1rio%20de%20Refer%C3%A2ncia%20-%20v.%2012.2020%20\(Arquivada%20na%20CVM%20em%2013.10.2020\)%20\(1\).pdf](http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/reference-form/Documents/docs-pt/Vale%20Formul%C3%A1rio%20de%20Refer%C3%A2ncia%20-%20v.%2012.2020%20(Arquivada%20na%20CVM%20em%2013.10.2020)%20(1).pdf). Acesso em: 1 nov. 2020.

### Exemplo 3

<b>2- Processo nº 16561.720.111/2017-77</b>	
<b>Juízo</b>	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
<b>Instância</b>	Administrativo - 2ª Instância
<b>Data de instauração</b>	10/10/2017
<b>Partes no processo</b>	Ativo: Receita Federal do Brasil Passivo: Ambev S.A.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$1,1 bilhão atualizado até 31 de dezembro de 2019
<b>Principais fatos</b>	Processo administrativo instaurado para fins de cobrança de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior por intermédio de controladas e coligadas da Companhia. Em março de 2018 a Companhia recebeu intimação da decisão parcialmente favorável na DRJ. A Companhia apresentou Recurso Voluntário para discussão da parcela desfavorável e atualmente aguarda a conclusão da diligência requerida no CARF para o posterior julgamento. Quanto à parcela que foi julgada favoravelmente na DRJ, é objeto de Recurso de Ofício pela Fazenda ao CARF.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Impacto em caso de perda do processo</b>	Condenação ao pagamento do valor envolvido
<b>Valor provisionado</b>	Não há
<b>3- Processo nº 16561.720065/2018-97</b>	
<b>Juízo</b>	Delegacia da Receita Federal de Julgamento
<b>Instância</b>	Administrativo - 1ª Instância
<b>Data de instauração</b>	03/09/2018
<b>Partes no processo</b>	Ativo: Receita Federal do Brasil Passivo: Ambev S.A.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$1,0 bilhão atualizado até 31 de dezembro de 2019
<b>Principais fatos</b>	Processo administrativo instaurado para cobrança de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior por intermédio de controladas e coligadas da Companhia. Foi apresentada defesa à DRJ. Em março de 2019, a DRJ julgou procedente o lançamento, de forma que a Companhia interpôs recurso ao CARF. Em dezembro de 2019, o CARF deu parcial provimento a esse recurso para anular o acórdão da DRJ, determinando a prolação de uma nova decisão. Atualmente, aguarda-se a nova decisão da DRJ.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Impacto em caso de perda do processo</b>	Condenação ao pagamento do valor envolvido
<b>Valor provisionado</b>	Não há

Fonte: Ambev (2020)<sup>14</sup>

<sup>14</sup> AMBEV. **Formulário de Referência: relatório técnico**. São Paulo, 2020. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/c8182463-4b7e-408c-9d0f-42797662435e/952887fa-7d6f-43b1-84c3-7b381f3608e0\\_formulario\\_de\\_referencia\\_ambev\\_v4.pdf](https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/c8182463-4b7e-408c-9d0f-42797662435e/952887fa-7d6f-43b1-84c3-7b381f3608e0_formulario_de_referencia_ambev_v4.pdf). Acesso em: 1 nov. 2020.



## Exemplo 4

Processo n.º 2005.70.00.027997-3

---

- a. **juízo:** 6ª Vara Federal – Curitiba (PR)
- b. **instância:** Supremo Tribunal Federal (STF)
- c. **data de instauração:** 13/10/2005
- d. **partes no processo:** Estado do Paraná e Ministério Público do Estado do Paraná x União Federal, Banco Central do Brasil e Itaú Unibanco S.A.
- e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 3.738.621.318,72 (valor pedido na inicial)
- f. **principais fatos:** Os autores requerem reparação de danos eventualmente experimentados pelo Estado do Paraná, por força da inadequada avaliação dos créditos tributários no processo de privatização do Banco Banestado S.A., que obrigou esse ente público a contrair empréstimo supostamente maior que o necessário para saneamento da instituição financeira, no período pré-privatização. A ação foi contestada defendendo a adequada avaliação dos créditos tributários e está pendente de julgamento no STF, onde lá tramita como ação originária. Vale notar que, conforme previsto em lei, a privatização do Banestado ocorreu por meio de licitação. Além disso, à época da privatização houve avaliação dos créditos tributários por bancos independentes. Ação suspensa. Alegações finais apresentadas.
- g. **chance de perda:** Remota
- h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Pagamento ao Estado do Paraná do valor correspondente aos créditos tributários.

Processo n.º 2000.51.01.030509-7

---

- a. **juízo:** 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (RJ)
- b. **instância:** Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região
- c. **data de instauração:** 21.11.2000
- d. **partes no processo:** Ministério Público Federal x Itaú Unibanco S.A., Banco Banerj S.A. ("Banerj"), Estado do Rio de Janeiro e Caixa Econômica Federal
- e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 942.399.095,28 (valor histórico da constituição da "Conta B" em 10.06.1997).
- f. **principais fatos:** Trata-se de ação civil pública envolvendo aspectos da privatização do Banerj. Por meio de empréstimo bancário entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro foi constituída, com transferência de R\$ 942.399.095,28, a denominada "Conta B". A finalidade da referida conta é garantir o ressarcimento do adquirente do Banerj condenado em ações judiciais propostas com base em fatos ocorridos antes da privatização. Na presente ação, o Ministério Público Federal requer a invalidação parcial do contrato que autorizou a transferência do referido valor para "Conta B", bem como a condenação solidária dos réus na devolução dos valores já sacados indevidamente através de expedientes supostamente ilícitos praticados em acordos celebrados em ações trabalhistas movidas por ex-funcionários do Banerj. Sentença de improcedência, reconhecendo a legalidade da constituição da "Conta B" e dos acordos firmados. Decisão do TRF mantendo-se a sentença de improcedência. Posteriormente, essa decisão foi anulada por falta de intimação do MP. TRF rejeitará o caso. Ao rejeitar o caso, o TRF decidiu anular a sentença por falta de intimação da União. Processo aguardando publicação para interposição de recurso especial.
- g. **chance de perda:** Remota
- h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Restituir os valores dos acordos trabalhistas que foram pagos com recurso da "Conta B" e impedir novas utilizações de valores da "Conta B".

Fonte: Itaú Unibanco (2020)<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> ITAÚ UNIBANCO. **Formulário de Referência: relatório técnico.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/Download.aspx?Arquivo=xjxUjm4uou6dLAUw1+Daww==&IdCanal=Sqjrl1eBRjH/MQgu2IIC3Q==>. Acesso em: 1 nov. 2020.

**APÊNDICE B – LISTA DE COMPANHIAS ABERTAS SELECIONADAS PARA  
ANÁLISE**

EMPRESA	TICKER
PETROBRAS	PETR3.SA
VALE	VALE3.SA
AMBEV	ABEV3.SA
ITAÚ UNIBANCO	ITUB3.SA
BRADESCO	BBDC3.SA
VIA VAREJO	VVAR3.SA
MAGAZINE LUIZA	MGLU3.SA
B3	B3SA3.SA
IRB SEGUROS	IRBR3.SA
AZUL	AZUL4.SA
GERDAU	GGBR4.SA
BRF	BRFS3.SA
ELETROBRAS	ELET6.SA
JBS	JBSS3.SA
SABESP	SBSP3.SA



**APÊNDICE C – RANKING DE MELHORES FACULDADES DE DIREITO DO  
BRASIL**

<b>FACULDADE</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>UF</b>	<b>POSSUI CONTABILIDADE NA GRADE? (OBRIGATÓRIA)</b>	<b>POSSUI CONTABILIDADE NA GRADE? (ELETIVA)</b>
USP	PÚBLICA	SP	NÃO	SIM
UFMG	PÚBLICA	MG	NÃO	NÃO
FGV-SP	PRIVADA	SP	SIM	SIM
UNB	PÚBLICA	DF	NÃO	SIM
UFRJ	PÚBLICA	RJ	NÃO	NÃO
UFPR	PÚBLICA	PR	NÃO	NÃO
UFPE	PÚBLICA	PE	NÃO	NÃO
UFRGS	PÚBLICA	RS	NÃO	NÃO
PUCSP	PRIVADA	SP	NÃO	NÃO
UERJ	PRIVADA	RJ	NÃO	NÃO
FGV-Rio	PRIVADA	RJ	NÃO	NÃO
UFF	PÚBLICA	RJ	NÃO	NÃO
UFSC	PÚBLICA	SC	NÃO	SIM
MACKENZIE	PRIVADA	SP	NÃO	NÃO
UFBA	PÚBLICA	BA	NÃO	NÃO
UFG	PÚBLICA	GO	NÃO	NÃO
UEL	PÚBLICA	PR	NÃO	NÃO
UNESP	PÚBLICA	SP	NÃO	NÃO
PUCRJ	PRIVADA	RJ	NÃO	NÃO
UNISINOS	PRIVADA	RS	SIM	NÃO
PUCPR	PRIVADA	PR	NÃO	NÃO
PUCRS	PRIVADA	RS	NÃO	NÃO
UFC	PÚBLICA	CE	NÃO	NÃO
UFMT	PÚBLICA	MT	NÃO	NÃO
UNICURITIBA	PRIVADA	PR	NÃO	NÃO
UFES	PÚBLICA	ES	NÃO	NÃO
UEM	PÚBLICA	PR	NÃO	NÃO
UFJF	PÚBLICA	MG	NÃO	SIM
PUCMG	PRIVADA	MG	NÃO	NÃO
UFRN	PÚBLICA	RN	NÃO	NÃO
UFAL	PÚBLICA	AL	SIM	NÃO
UFU	PÚBLICA	MG	NÃO	NÃO
FMU	PRIVADA	SP	NÃO	NÃO
UFPA	PÚBLICA	PA	NÃO	NÃO
PUCCAMP	PRIVADA	SP	NÃO	NÃO